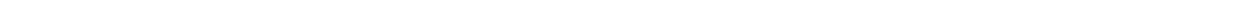




Energisa Borborema | Resultados de 2013

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2013**



Campina Grande, 18 de março de 2014 - A Administração da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Borborema" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2013, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 14 de março de 2014.

1 - Considerações gerais

A Energisa Borborema é uma distribuidora de energia elétrica que atende a 188 mil clientes e uma população de aproximadamente 500 mil habitantes em seis municípios do Estado da Paraíba.

Os indicadores de desempenho da Companhia e a qualidade dos seus serviços se destacam entre as empresas de distribuição de energia elétrica do Nordeste, o que bem atesta o acerto da gestão empreendida e o compromisso dos seus colaboradores com o desenvolvimento da região e o conforto dos clientes.

Em 2013, a Energisa Borborema conquistou o Selo Energia Sustentável, na categoria ouro, instituído pelo Instituto Acende Brasil, que avaliou as diversas ações de responsabilidade ambiental empreendidas pela Companhia, com reconhecido destaque para a construção da sua sede, um marco na construção civil do Estado da Paraíba.

2 - Investimentos

Em 2013, foram realizados investimentos pela Energisa Borborema, que totalizaram aplicações da ordem de R\$ 15,5 milhões, especialmente em obras voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, regularização e construção de redes e ligação de novos clientes, com destaque para o início da construção da Linha em 69 kV Campina Grande Dois/Aeroclube, com 7,2 km de extensão.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Borborema no exercício findo:

Descrição do ativo	Dez / 2013	Dez / 2012	Acréscimo (%) 2013/2012
Subestações - nº	4	4	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	75	75	-
Redes de distribuição (próprias) - km	5.098	5.076	+ 0,4
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	3.330	3.315	+ 0,5
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	143	143	-

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2013:

Descrição	2013	2012 (Ajustado)	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	244,1	264,6	- 7,7
Receita Operacional Líquida	171,3	186,4	- 8,1
Receita Operacional Líquida, sem Receita de Construção	157,2	164,9	- 4,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	13,8	31,2	- 55,8
EBITDA	19,0	35,9	- 47,1
EBITDA Ajustado (EBITDA mais Acréscimos Moratórios de Contas de Energia)	21,7	38,4	- 43,5
Resultado Financeiro	(2,2)	2,9	-
Lucro Líquido	9,5	29,0	- 67,2
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	186,8	183,4	+ 1,9
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	20,8	14,0	+ 48,6
Patrimônio Líquido	95,3	98,2	- 3,0
Endividamento Líquido	34,2	29,5	+ 15,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	187,6	179,2	+ 4,7
Vendas de Energia a Consumidores Cativos (GWh)	673,3	635,5	+ 5,9
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	679,6	660,8	+ 2,8
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	12,7	20,6	- 7,9 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	1,6	0,8	+ 100,0

3.2 - Ambiente regulatório - revisão tarifária

Em 30 de janeiro de 2013, através do Decreto nº 7.891, as tarifas de energia elétrica no país sofreram um decréscimo médio de 20% em face da redução de encargos setoriais e condições impostas na renovação das concessões de determinadas geradoras. Posteriormente, a Energisa Borborema passou pelo 3º Ciclo de Revisão Tarifária. A revisão tarifária teve como efeito um incremento médio percebido pelos consumidores de 6,18%, a partir de 4 de fevereiro, sendo que para os consumidores de baixa tensão houve um aumento de 6,71% e para os de alta e média tensão, de 5,50%.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2013, foi repassado o montante de R\$ 20,9 milhões para a Energisa Borborema. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 2,8 milhões para a Companhia. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.3 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2013, a Energisa Borborema registrou lucro líquido de R\$ 9,5 milhões, ante os R\$ 29,0 milhões registrados em 2012. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 21,7 milhões em

Resultados de 2013

2013, contra os R\$ 38,4 milhões apurados em 2012, redução de 43,5%, decorrente, em grande parte, da redução das tarifas de energia elétrica.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2013	2012 (Ajustado)	Var. %
(=) Lucro Líquido	9,5	29,0	- 67,2
(-) Contribuição social e imposto de renda	(2,1)	(5,1)	- 58,8
(-) Resultado financeiro	(2,2)	2,9	-
(-) Depreciação e amortização	(5,3)	(4,7)	+ 10,6
(=) Geração de caixa (EBITDA)	19,0	35,9	- 47,1
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,7	2,5	+ 8,0
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	21,7	38,4	- 43,5
Margem do EBITDA Ajustado	12,7	20,6	- 7,9

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2013, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 7,3 milhões, pagos a partir de:

- i) 10 de julho de 2013, correspondentes a R\$ 3,9 milhões (R\$ 13,1708035 por ação); e
- ii) 20 de agosto de 2013, no montante de R\$ 3,4 milhões (R\$ 11,4706678 por ação).

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 0,01 milhão (R\$ 0,04332377 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício, no valor de R\$ 7,3 milhões, representam 76,8% do lucro líquido apurado pela Companhia.

3.4 - Despesas operacionais

Em 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 157,5 milhões, aumento de 1,5% (R\$ 2,3 milhões) em relação a 2012. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) reduziram 4,1% (R\$ 1,2 milhão), para R\$ 28,3 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram aumento de 12,3% (R\$ 11,7 milhões).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2013	2012	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	28,3	29,5	- 1,2
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	15,1	15,5	- 0,4
1.2 Material	1,4	1,5	- 0,1
1.3 Serviços de terceiros	11,8	12,5	- 0,7
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	106,7	95,0	+ 11,7
3 - Depreciação e amortização	5,2	4,7	+ 0,5
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,6	0,1	+ 0,5
5 - Outras despesas/receitas	2,6	4,4	- 1,8
Subtotal	143,4	133,7	+ 9,7
6 - Custo de construção	14,1	21,5	- 7,4
Total	157,5	155,2	+ 2,3

4 - Desempenho operacional

O compromisso com a constante busca de melhorias nas atividades operacionais tem permitido à Companhia manter resultados consistentes e entre os melhores do país. Esse fato evidencia a posição privilegiada dos seus indicadores de satisfação junto aos clientes.

Na última pesquisa divulgada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), a Energisa Borborema alcançou o índice de aprovação de 83,85% no ISQP (Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida).

4.1 - Gestão das perdas de energia: o ano foi marcado mais uma vez pela manutenção dos excelentes resultados no combate às perdas totais de energia elétrica, que foram reduzidas para 6,0%, um dos menores entre todas as distribuidoras de energia elétrica do país.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência, considerando o que não foi recebido em relação ao que foi vendido nos últimos 12 meses, também foi destaque, tendo evoluído de 1,16%, em 2012, para 0,89%, em 2013, o mesmo ocorrendo com o número de faturamentos mensais (pendente) que passou de 0,73 para 0,54.

4.3 - DEC e FEC: outro fato a destacar é o nível desses indicadores, que confirmaram, em 2013, a trajetória de melhoria, fruto dos investimentos que vêm sendo realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema.

Indicadores operacionais	2013	2012	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	6,00	6,69	- 0,69 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	0,89	1,16	- 23,2
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,54	0,73	- 26,0
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	83,85	88,80	- 5,6
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	69,53	66,77	+ 4,1
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	9,06	9,14	- 0,9
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	6,37	6,76	- 5,8

4.4 - Mercado de energia: em 2013, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Borborema, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 677,3 GWh, incremento de 6,4% em relação a 2012. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 9,5% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 1,4% em 2013. A energia total distribuída em 2013 foi de 679,6 GWh, ante os 660,8 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2013	2012	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	673,3	635,5	+ 5,9
✓ Residencial	220,4	201,3	+ 9,5
✓ Industrial	214,8	214,8	-
✓ Comercial	142,2	131,5	+ 8,1
✓ Rural	24,4	22,9	+ 6,6
✓ Outras Classes	71,5	65,0	+ 10,0
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	4,0	1,0	+ 300,0
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	677,3	636,5	+ 6,4
4) Suprimento de energia e não faturado	2,3	24,3	- 90,5
5) Energia Total Distribuída (3+4)	679,6	660,8	+ 2,8

A Energisa Borborema encerrou o ano com 187.570 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,7% superior à registrada no fim de 2012, e com dois consumidores livres.

5 - Gestão de pessoas

Para atender às suas necessidades operacionais, especialmente a melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferece, a Energisa Borborema registrou, em 2013, um total de 27.409 homens-hora treinados, correspondentes a 109,2 horas de treinamento/colaborador. O sistema de Educação a Distância (EAD) representou 62% do programa de treinamento da empresa.

As práticas bem sucedidas dos anos anteriores foram mantidas e reforçadas, destacadamente: o **Projeto Bússola**, que levou as metas e diretrizes da empresa a 100% dos colaboradores; o **Programa de Boas Vindas**, que contempla uma reunião dos Diretores com os colaboradores recém-admitidos; as **Reuniões das Gerencias com os acidentados**; a **Ginástica Laboral** e o **Programa e-nova**, um incentivo estruturado às ideias e inovações dos colaboradores, todos eles visando maior integração, eficiência operacional, segurança no trabalho e comprometimento com a estratégia da empresa e seus resultados.

As práticas de gestão de pessoas na empresa também se fizeram visíveis, sendo de se ressaltar a prática do **recrutamento interno**, os **programas de desenvolvimento**, **avaliação de desempenho** e **assesment das potenciais lideranças no processo de sucessão**, que, em essência, propiciaram o atendimento pleno a todas as necessidades de recursos humanos, nos diversos níveis, de forma a manter a plenitude das suas atividades operacionais.

6 - Responsabilidade socioambiental

Em 2013, a Energisa Borborema deu continuidade às atividades nas áreas de cultura e responsabilidade socioambiental, destacadamente com o **Espaço Energia**, voltado para a difusão do conhecimento histórico-científico e, de modo particular, para a conscientização sobre a importância da eletricidade e seu uso racional e eficiente. Durante o ano de 2013, o Espaço Energia recebeu 18.759 visitantes, repetindo, assim, o desempenho do ano anterior.

O projeto **Arte na Empresa** promoveu 12 exposições de artistas paraibanos no Hall de entrada da Companhia, visando disseminar a arte e estabelecer uma aproximação maior entre os artistas do estado, os visitantes e os colaboradores da empresa.

Criado em 2005 pela Energisa Borborema e inserido no Programa de Eficiência Energética da Aneel, o **Projeto Comunidades** que atingiu, em 2013, um total de 6.489 famílias, permitiu a presença da empresa em todos os municípios da área de concessão por intermédio de suas unidades móveis, que distribuíram 184 geladeiras e 6.035 lâmpadas eficientes. Esse programa, que contemplou a realização de 111 palestras, em 2013, tem como objetivo levar às comunidades carentes orientações sobre cuidados, segurança e uso eficiente da energia elétrica, bem como instruções sobre aspectos de ordem social, além de facilitar aos clientes maior aproximação e melhor relacionamento com a empresa.

Destaque-se, ainda, entre as realizações de 2013: i) a presença do **Projeto Conta Cidadã** em três cidades da área de concessão, permitindo a troca 238 toneladas de lixo reciclável por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem; e ii) a continuidade ao **Balcão de Livros**, um projeto lançado em 2011 para estimular o hábito da leitura e ampliar o conhecimento, através dos postos e agências de atendimento, disponibilizando aos clientes da empresa o acesso a obras destacadas da literatura universal, especialmente aquelas da língua portuguesa.

7 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Borborema em 2013 foi de R\$ 173 mil, sendo i) R\$ 61 mil pela revisão das

demonstrações financeiras; e ii) R\$ 112 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	13.385	7.968
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	3.837	2.353
Consumidores e concessionárias	6	23.202	33.644
Títulos de créditos a receber	7	2.246	2.828
Estoques		590	578
Impostos a recuperar	10	4.575	4.037
Despesas pagas antecipadamente		413	400
Baixa renda e outros créditos	11	6.135	4.253
Total do circulante		54.383	56.061
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	3.550	3.662
Títulos de créditos a receber	7	4.079	4.159
Impostos a recuperar	10	3.407	3.818
Créditos tributários	13	21.070	23.166
Cauções e depósitos vinculados	19	5.252	5.313
Instrumentos financeiros derivativos	27	3.407	1.621
Contas a receber da concessão	14	22.709	19.468
Outros créditos		58	59
		63.532	61.266
Investimentos		81	82
Intangível	15	67.911	65.165
Imobilizado	15	930	868
Total do não circulante		132.454	127.381
Total do ativo		186.837	183.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	14.864	14.100
Encargos de dívidas	17	608	362
Empréstimos e financiamentos	17	11.766	3.644
Folha de pagamento		323	232
Tributos e contribuições sociais	18	7.550	9.475
Dividendos	20.5	-	4.000
Encargos do consumidor a recolher		34	947
Obrigações estimadas		1.058	903
Taxa de iluminação arrecadada		762	747
Obrigações Intra-setoriais		3.583	3.343
Outras contas a pagar		1.441	2.661
Total do circulante		41.989	40.414
Não circulante			
Fornecedores	16	403	391
Empréstimos e financiamentos	17	42.622	39.450
Tributos e contribuições sociais	18	2.723	1.854
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	3.777	3.143
Outras contas a pagar		62	-
Total do não circulante		49.587	44.838
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	62.752	57.017
Ações em tesouraria	20.1	-	(50)
Reservas de capital	20.2	24.098	24.148
Reservas de lucros	20.3 e 20.4	8.398	11.831
Dividendos adicionais propostos	20.5	13	5.244
Total do patrimônio líquido		95.261	98.190
Total do passivo e patrimônio líquido		186.837	183.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação em circulação)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	21	171.267	186.389
Custo do serviço de energia elétrica	22	<u>(134.358)</u>	<u>(129.379)</u>
Lucro bruto		36.909	57.010
Despesas com vendas	22	(6.244)	(6.690)
Despesas gerais e administrativas	22	(17.262)	(16.588)
Outras receitas	23	1.337	1.793
Outras despesas	23	<u>(924)</u>	<u>(4.374)</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		13.816	31.151
Receita financeira	24	5.323	5.727
Despesas financeiras	24	<u>(7.555)</u>	<u>(2.824)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.232)	2.903
Lucro antes dos impostos		11.584	34.054
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	45	(5.264)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	<u>(2.096)</u>	<u>171</u>
Lucro líquido do exercício		<u>9.533</u>	<u>28.961</u>
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	25	<u>32,54</u>	<u>98,87</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	9.533	28.961
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>9.533</u>	<u>28.961</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Atividades operacionais			
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social		11.584	34.054
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		6.729	107
Amortização e Depreciação	22	5.248	4.691
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	22	189	66
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	460	63
Marcação a Mercado Derivativos	24	1.081	(758)
Instrumentos Financeiros Derivativos	24	(2.300)	(608)
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	23	(413)	2.581
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		10.346	(10.476)
Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber		3.784	(999)
(Aumento) diminuição de estoques		(12)	43
(Aumento) diminuição de impostos a recuperar		(127)	1.960
Diminuição de cauções e depósitos vinculados		61	117
(Aumento) diminuição de despesas pagas antecipadamente		(13)	55
(Aumento) de outros créditos		(2.597)	(1.128)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		4	1.693
Aumento de folha de Pagamento		91	39
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais		(122)	(572)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(889)	(2.676)
Aumento de obrigações estimadas		155	4
(Diminuição) de encargos do consumidor a recolher		(913)	(103)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(903)	883
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		31.443	29.036
Atividades de investimentos			
Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investimentos		-	2
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(20.432)	(2.124)
Resgate de aplicações financeiras		16.038	1.660
Aplicações no intangível e imobilizado	15 e 32	(10.521)	(19.957)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	23	1.337	1.793
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(13.578)	(18.626)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	17 e 32	10.000	19.360
Pagamentos de empréstimos- principal	17	(2.389)	(8.197)
Pagamentos de empréstimos- juros	17	(3.029)	(2.308)
Liquidação de Instrumentos Financeiros Derivativos		(568)	(255)
Pagamentos de dividendos	20.5	(16.462)	(19.741)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(12.448)	(11.141)
Variação líquida do caixa		5.417	(731)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	5	7.968	8.699
Caixa mais equivalentes de caixa finais	5	13.385	7.968
Variação líquida do caixa		5.417	(731)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Geração do valor adicionado			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	21	230.032	243.102
Outros resultados	23	1.337	1.793
Receitas relativas a construção de ativos próprios	21 e 24	14.347	21.452
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	22	(189)	(66)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		115.391	103.682
Materiais e serviços de terceiros		13.385	14.336
Outros custos operacionais		17.732	27.157
		<u>146.508</u>	<u>145.175</u>
Valor adicionado bruto		<u>99.019</u>	<u>121.106</u>
Amortização e depreciação	22	<u>5.248</u>	<u>4.691</u>
Valor adicionado líquido		<u>93.771</u>	<u>116.415</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	<u>5.323</u>	<u>5.727</u>
Valor adicionado total a distribuir:		<u>99.094</u>	<u>122.142</u>
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		9.171	9.813
Benefícios		3.118	2.870
FGTS		701	797
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		16.167	20.173
Estaduais		48.721	46.614
Municipais		69	61
Obrigações Intra-setoriais		3.134	9.512
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		7.830	2.824
Aluguéis		650	517
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	20.5	7.218	16.606
Dividendos adicionais propostos		13	5.244
Reserva Legal	20.3	477	1.448
Reserva de redução de imposto de renda	20.5	1.825	5.735
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	20.5	-	(72)
		<u>99.094</u>	<u>122.142</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital		Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Remuneração de imobilizações em curso	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Redução de imposto de renda			
Saldos em 01 de janeiro de 2012 - ajustado	52.239	(50)	154	23.994	4.648	4.778	3.720	-	89.483
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	(3.720)	-	(3.720)
Aumento de capital conforme AGO e AGE de 25/04/2012	4.778	-	-	-	-	(4.778)	-	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	72	72
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	28.961	28.961
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	20.3	-	-	-	1.448	-	-	(1.448)	-
Incentivo Fiscal - Laudo constitutivo nº 0094/2004 - ADENE	20.4	-	-	-	-	5.735	-	(5.735)	-
Dividendos	20.5	-	-	-	-	-	-	(16.606)	16.606
Dividendos adicionais propostos	20.5	-	-	-	-	-	5.244	(5.244)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - ajustado	57.017	(50)	154	23.994	6.096	5.735	5.244	-	98.190
Pagamento de dividendos adicionais	20.5	-	-	-	-	-	(5.244)	-	(5.244)
Aumento de capital e cancelamento de ações conforme AGO e AGE de 24/04/2013	20.1	5.735	50	(50)	-	-	(5.735)	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	9.533	9.533
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	20.3	-	-	-	477	-	-	(477)	-
Incentivo Fiscal - Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE	20.4	-	-	-	-	1.825	-	(1.825)	-
Dividendos	20.5	-	-	-	-	-	-	(7.218)	(7.218)
Dividendos adicionais propostos	20.5	-	-	-	-	-	13	(13)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	62.752	-	104	23.994	6.573	1.825	13	-	95.261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. Balanço Social

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2013						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	171.267			186.389		
Resultado operacional (RO)	11.584			34.054		
Folha de pagamento bruta (FPB)	13.028			13.137		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.908	14,65%	1,11%	1.734	13,20%	0,93%
Encargos sociais compulsórios	2.809	21,56%	1,64%	2.833	21,57%	1,52%
Previdência privada	165	1,27%	0,10%	153	1,16%	0,08%
Saúde	699	5,37%	0,41%	608	4,63%	0,33%
Segurança e saúde no trabalho	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação	62	0,48%	0,04%	91	0,69%	0,05%
Cultura	0	0,00%	0,00%	3	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	71	0,54%	0,04%	96	0,73%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	238	1,83%	0,14%	245	1,86%	0,13%
Participação nos lucros ou resultados	1.040	7,98%	0,61%	1.388	10,57%	0,74%
Outros	240	1,84%	0,14%	230	1,75%	0,12%
Total - Indicadores sociais internos	7.232	55,51%	4,22%	7.381	56,18%	3,96%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	104	0,90%	0,06%	199	0,58%	0,11%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	18	0,16%	0,01%	30	0,09%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	84	0,73%	0,05%	38	0,11%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	206	1,78%	0,12%	267	0,78%	0,14%
Tributos (excluídos encargos sociais)	62.148	536,50%	36,29%	64.015	187,98%	34,34%
Total - Indicadores sociais externos	62.354	538,28%	36,41%	64.282	188,76%	34,49%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	8	0,07%	0,00%	6	0,02%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	8	0,07%	0,00%	6	0,02%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012		
Nº de empregados(as) ao final do período	251			278		
Nº de admissões durante o período	20			34		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	104			89		
Nº de estagiários(as)	2			1		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	58			65		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	37			42		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			18,18%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	88			88		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	9			9		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	15,85			15,85		
Número total de acidentes de trabalho	10			9		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(x) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 5.421	no Procon 45	na Justiça 132	na empresa 4.284	no Procon 51	na Justiça 132
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98,87%	no Procon 42,22%	na Justiça 37,12%	na empresa 100%	no Procon 52%	na Justiça 42%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 99.094			Em 2012: 122.142		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69% governo 7% acionistas	13% colaboradores(as) 9% terceiros	2% retido	63% governo 18% acionistas	10% colaboradores(as) 3% terceiros	6% retido
7 - Outras Informações	2013			2012		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	0			0		
7.1.2 - Investimento do Estado	0			0		
7.1.3 - Investimento do Município	0			0		
7.1.4 - Investimento da Concessionária	0			0		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	0			0		
7.2 - Programa de eficiência Energética	806			466		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	248			1.063		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	1.054			1.529		

Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia ou Energisa BO”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica que atua nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba atendendo a 187.571 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579, que veio abordar os assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos setoriais:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita teve em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

A Companhia tem o vencimento da sua concessão em fevereiro de 2030.

Abaixo estão listadas algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas 9, 14, 15, 21 e 30, respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - *IASB*.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2014.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos no resultado do exercício.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 27.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.

- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

(a) 1º de janeiro de 2014.

(b) 1º de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Esta classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na nota explicativa nº 27.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, no exercício de 2012, foi registrado como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14;

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.
- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que

um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidas no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- I. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

- m. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 27;
- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

Em 12 de novembro de 2013 foi publicado a Medida Provisória nº 627/13 que alterou a Legislação Tributária Federal do país. As mais relevantes são: (i) revoga o regime transitório de tributação (RTT) a partir de 2015, mas prevê uma adoção antecipada para 01 de janeiro de 2014. Caso haja a adoção antecipada da Medida Provisória o RTT será automaticamente eliminada e as novas disposições passam a ser eficazes em 2014, em caráter irrevogável; (ii) tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e (iii) parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. A adoção antecipada da MP eliminará de tributação do eventual excesso de distribuição de lucro societário em relação aos lucros distribuídos, apurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da Medida Provisória para realizar uma análise mais profunda e conclusiva sobre os efeitos das novas regras tributárias.

- o. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização;
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas

obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;

- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- v. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em seis municípios no Estado da Paraíba sendo este o seu único segmento reportável e, sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2013	2012
CEF	CDB	30/12/2015	100,5% do CDI	7.599	3.887
Santander	Debêntures (2)	18/12/2015	103,2% do CDI	2.305	69
Mercantil	CDB	15/12/2014	105,0% do CDI	-	19
				<u>9.904</u>	<u>3.975</u>
Caixas e depósitos bancários				<u>3.481</u>	<u>3.993</u>
Total caixa e equivalente de caixa				<u>13.385</u>	<u>7.968</u>

b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2013	2012
BES	CDB	19/03/2015	103,0% do CDI	2	2
BMG	CDB	16/12/2013	112,0% do CDI	-	380
Bradesco	CDB	25/07/2013 a 02/12/2013	99,0% a 100,0% do CDI	-	33
Bradesco	Fundo de Investimento	-	CDI	-	1.215
CEF	Fundo de Investimento	-	CDI	-	361
CEF (4)	Letra Financeira Tesouro, Compromissada, Debêntures (2), DPGE, Letra financeira	09/04/2015 a 01/03/2018	102,7% a 122,11% do CDI/IPCA+5.7% / SELIC	3.338	-
CEF	Poupança	-	Poupança	15	15
HSBC	CDB	19/01/2015	103,3% do CDI	4	4
Itaú	CDB	07/03/2014 a 28/09/2015	90,0% a 100,0% do CDI	9	13
Itaú	Debêntures (2)	02/03/2015 a 27/11/2015	100,0% a 102,0% do CDI	114	122
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	31	1
Nordeste	CDB	31/07/2017 a 15/02/2023	90,0% a 99,0% do CDI	3.571	2.884
Safra	Debêntures (2)	15/07/2013	102,0% do CDI	-	21
				<u>7.084</u>	<u>5.051</u>

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	303	964
				<u>303</u>	<u>964</u>
Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3)				<u>7.387</u>	<u>6.015</u>
Circulante				3.837	2.353
Não Circulante				3.550	3.662

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$4.049 referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (*)	Vencidos					2013	2012
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	2.228	2.216	557	184	13	-	5.198	5.623
Industrial	4.393	75	12	13	-	1.187	5.680	6.395
Comércio, serviços e outras atividades	2.700	515	103	96	163	-	3.577	4.200
Rural	135	115	50	31	-	-	331	372
Poder Público:								
Federal	455	31	7	1	-	-	494	555
Estadual	401	27	6	1	-	-	435	489
Municipal	108	7	2	-	-	-	117	132
Iluminação pública	490	53	-	-	-	-	543	566
Serviço público	183	-	-	2	-	-	185	214
Subtotal - consumidores	11.093	3.039	737	328	176	1.187	16.560	18.546
Concessionárias (**)	641	-	-	-	-	-	641	8.467
Fornecimento não faturado	5.037	-	-	-	-	-	5.037	5.599
Outros	-	-	-	-	-	2.758	2.758	2.511
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(184)	(176)	(1.434)	(1.794)	(1.479)
Total - Circulante	16.771	3.039	737	144	-	2.511	23.202	33.644

(*) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(**) Energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2013, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$641 (R\$8.467 em 2012), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$2.313, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$177 (R\$1.664 em 2012), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2013	2012
Saldos a vencer	641	8.467
(-) Aquisições de energia na CCEE	(2.313)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(177)	(1.664)
	(1.849)	6.803

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2013	2012
Títulos de créditos a receber	9.144	8.552
Ajuste a valor presente	(2.077)	(915)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(742)	(650)
	<u>6.325</u>	<u>6.987</u>
Circulante	2.246	2.828
Não circulante	4.079	4.159

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2013 os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	742
2014	2.246
2015	733
2016	700
2017	664
2018	639
2019 em diante	1.343
Total	<u>7.067</u>

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2013	2012
Saldo - inicial 2012 e 01/01/2012	2.129	2.236
Provisões constituídas no exercício	2.454	1.561
Reversão de provisões no exercício	(2.047)	(1.668)
Saldo - final - circulante 2013 e 2012	<u>2.536</u>	<u>2.129</u>
Consumidores e concessionárias	1.794	1.479
Títulos de créditos a receber	742	650

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9. Revisão e reajuste tarifário periódico

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em janeiro de 2017. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 29 de janeiro de 2013, a ANEEL através da Resolução nº 1.483, foi homologado a revisão tarifária que vigora desde fevereiro de 2013. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi aumento de 6,18%.

Reajustes tarifários:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Em 30 de janeiro de 2014, a ANEEL através da Resolução nº 1.678, homologou o reajuste tarifário a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2014. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 3,15%.

10. Impostos a recuperar

	2013	2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.863	3.166
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	67	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	292	32
Contribuição Social sobre o Lucro - CSSL	333	55
PIS e COFINS	4.396	4.571
Outros	31	31
	7.982	7.855
Ativo circulante	4.575	4.037
Ativo não circulante	3.407	3.818

11. Baixa renda e outros créditos

	2013	2012
Baixa renda	1.505	1.580
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	1.956	1.964
Ordens de serviço em curso - ODS outros	493	246
Ordens desativação em curso - ODD	177	(253)
Adiantamentos	339	307
Subvenção CDE - desconto tarifário	863	-
Creditos de terceiros - Alienação de bens e direitos	67	50
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	114	-
Outras	621	359
Total - circulante	6.135	4.253

Resultados de 2013

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE- desconto tarifário:

- Baixa renda

	2013	2012
Saldo - 2012 e 2011	1.580	954
Subvenção baixa renda	9.009	8.094
Ressarcimento Eletrobrás	(8.925)	(7.627)
Contas a receber Eletrobrás - CDE	(159)	159
Saldo - 2013 e 2012 - circulante	1.505	1.580

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

- Subvenção CDE - desconto tarifário

	2013
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	2.799
Antecipação/repasso despacho ANEEL nº 1711/2013	(1.936)
Total	863

O Governo Federal, através do Despacho ANEEL nº 1.711 de 29 de maio de 2013, disponibilizou R\$1.210 de recursos da CDE, os quais foram recebidos em 03 de junho de 2013, apropriados ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013, além de R\$726, liberados nos meses de março, abril e maio, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Energia elétrica comprada para revenda/ Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias)	Saldo a pagar (Fornecedores)
ENERGISA S/A	5.747	-	305	-	456
EPB	-	4.210	-	12	331
Energisa Geração Centrais Eólicas Renascença I, II, III, IV e Ventos de São Miguel	-	(76)	-	-	19
2013	5.747	4.134	305	12	806
2012	5.376	4.716	-	-	881

- (1) Os serviços contratados junto a controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (2) Os valores de venda de energia e custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$335 (R\$402 em 2012) e da Diretoria foi de R\$1.076 (R\$1.292 em 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora do benefício de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$74 (R\$62 em 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$262 (R\$259 em 2012).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$28 e R\$1 (R\$27 e R\$1 em 2012), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2013 foi de R\$8 (R\$8 em 2012).

Na AGE de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 em R\$3.014.

13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2013	2012
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	15.493	17.087
Contribuição social	5.577	6.079
Total - não circulante	21.070	23.166

As diferenças temporárias são como segue:

	2013		2012	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo				
Creditos fiscais - ágio (1)	50.126	17.043	53.179	18.081
Provisões para riscos trabalhistas e fiscais	3.777	1.284	3.143	1.069
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	845	287	438	149
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	5.663	1.925	5.483	1.864
Variações cambiais passivas	4.021	1.367	1.132	385
Marcação a mercado - derivativos	(3.407)	(1.158)	(1.621)	(551)
Ajustes a valor presente	2.077	706	848	288
Ativos regulatórios (CVA´s)	(603)	(205)	1.156	393
Outras adições (exclusões) temporárias	(160)	(54)	5.591	1.901
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a receber da concessão e atualizações:	(367)	(125)	(1.214)	(413)
Total - ativo não circulante	61.972	21.070	68.135	23.166

(1) O crédito fiscal ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2014	1.083
2015	723
2016	732
2017	740
2018 a 2023	17.792
Total	21.070

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	2013	2012
Lucro antes dos impostos	11.584	34.054
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(3.939)	(11.578)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	1.825	5.735
Outros	63	750
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.051)	(5.093)
Alíquota efetiva	17,70%	15,00%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e o deferimento de seus pedidos junto à Receita Federal - Ato Declaratório Executivo nº 13 de 03/06/2013 e consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo registrado no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$847 (R\$1.214 em 2012).

As contas a receber da concessão estão classificadas como disponível para venda no não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

	2013	2012
Ativo financeiro custo histórico - 2012 e 01/01/2012	19.468	5.556
Adições no exercício (*)	4.163	12.702
Baixas no exercício	(75)	(4)
Ativo financeiro custo histórico -2013 e 2012	23.556	18.254
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	(847)	1.214
Ativo financeiro custo corrigido - 2013 e 2012	<u>22.709</u>	<u>19.468</u>

(*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.

15. Intangível e Imobilizado

	2013	2012
Intangível - Contrato de concessão	67.911	65.165
Imobilizado	930	868
Total	<u>68.841</u>	<u>66.033</u>

Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	121.283	-	7.159	(634)	-	127.808
Amortização acumulada	(51.639)	-	-	478	(5.709)	(56.870)
Subtotal	69.644	-	7.159	(156)	(5.709)	70.938
Em Curso	4.833	15.544	(7.417)	(2.699)	-	10.261
Total	74.477	15.544	(258)	(2.855)	(5.709)	81.199
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	11.732	-	2.618	-	-	14.350
Amortização acumulada	(2.611)	-	-	-	(607)	(3.218)
Subtotal	9.121	-	2.618	-	(607)	11.132
Em Curso	191	4.583	(2.618)	-	-	2.156
Total	9.312	4.583	-	-	(607)	13.288
Total do intangível	65.165	10.961	(258)	(2.855)	(5.102)	67.911
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Software	4	-	-	-	-	4
Máquinas e equipamentos	705	-	433	(2)	-	1.136
Veículos	67	-	-	-	-	67
Móveis e utensílios	1.376	-	(175)	(209)	-	992
Depreciação acumulada	(1.284)	-	-	161	(146)	(1.269)
Total Imobilizado	868	-	258	(50)	(146)	930
Total Geral	66.033	10.961	-	(2.905)	(5.248)	68.841

(*) Das baixas no montante de R\$2.905, R\$2.699 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$206 referem-se a baixas realizadas no exercício.
Das adições de obrigações especiais, cerca de R\$1.464 foram transferidas do contas a receber da concessão.

	Saldo 01/01/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2012
INTANGÍVEL						
Intangível em Serviço						
Custo	114.878	-	14.761	(8.356)	-	121.283
Amortização acumulada	(49.277)	-	1.605	1.204	(5.171)	(51.639)
Subtotal	65.601	-	16.366	(7.152)	(5.171)	69.644
Em Curso	10.747	21.872	(19.028)	(8.758)	-	4.833
Total	76.348	21.872	(2.662)	(15.910)	(5.171)	74.477
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	13.775	-	86	(2.129)	-	11.732
Amortização acumulada	(2.038)	-	-	-	(573)	(2.611)
Subtotal	11.737	-	86	(2.129)	(573)	9.121
Em Curso	119	203	(86)	(45)	-	191
Total	11.856	203	-	(2.174)	(573)	9.312
Total do intangível	64.492	21.669	(2.662)	(13.736)	(4.598)	65.165
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Software	-	-	4	-	-	4
Máquinas e equipamentos	-	-	2.820	(2.115)	-	705
Veículos	-	-	67	-	-	67
Móveis e utensílios	-	-	1.376	-	-	1.376
Depreciação acumulada	-	-	(1.605)	414	(93)	(1.284)
Total Imobilizado	-	-	2.662	(1.701)	(93)	868
Total Geral	64.492	21.669	-	(15.437)	(4.691)	66.033

(*) Das baixas no montante de R\$15.437, R\$8.713 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$6.724 referem-se a baixas realizadas no exercício. Cerca de R\$3.989 referente a aplicação da Resolução normativa nº 474 - novas taxas de depreciação no contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,00% (3,92% em 2012).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2013	2012
Contribuições do consumidor	12.970	10.643
Participação da União - recursos CDE	-	3.775
Participação do Governo do Estado	3.774	-
Reserva para reversão	12	12
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	1.781	-
(-) Amortização acumulada	(3.218)	(2.611)
Total	14.319	11.819
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.031	2.507
Infraestrutura - Intangível em serviço	11.716	9.121
Infraestrutura - Intangível em curso	791	191
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	781	-
Total	14.319	11.819

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em fevereiro de 2009. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em agosto de 2013 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante contabilizado foi de R\$781.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Encargos Financeiros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2013	2012
Encargos financeiros - encargos de dívida - juros	3.164	2.721
(-) transferência para o intangível em curso	(275)	(674)
Efeito líquido no resultado	2.889	2.047

(*) Conforme CPC-20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide nota explicativa nº24.

Imobilizado

Taxas de depreciação do ativo imobilizado praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	2013
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

16. Fornecedores

	2013	2012
Suprimento:		
CCEE (1)	2.313	-
Contratos Bilaterais (1)	8.484	8.362
Uso de rede básica (1)	177	1.664
Conexão à rede (1)	109	114
Uso do sistema de distribuição (1)	738	2.132
Materiais, serviços e outros (2)	3.446	2.219
Total	15.267	14.491
Circulante	14.864	14.100
Não circulante	403	391

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2013	2012	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	47	-	5.000	5.047	5.035	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	2	59	109	170	228	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	1	
Financiamento BNB - Repasse BNDES I	51	-	2.000	2.051	-	
Financiamento BNB - Repasse BNDES II	-	-	7.886	7.886	-	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	194	1.744	5.420	7.358	8.721	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	-	390	6.801	7.191	7.863	
Banco Itaú BBA - FINAME	4	202	1.443	1.649	954	
Total em moeda nacional	298	2.395	28.659	31.352	22.802	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(26)	-	(93)	(119)	(147)	
Em moeda estrangeira						
Bank of America Merrill Lynch	135	9.371	-	9.506	8.344	(1)
Banco Itaú BBA	201	-	14.056	14.257	12.457	(1)
Total em moeda estrangeira	336	9.371	14.056	23.763	20.801	
Total	608	11.766	42.622	54.996	43.456	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$3.875 (R\$3.848 em 2012), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-20	mensal, após dez-2017	Recebíveis	66	CDI +	0,70%	8,82%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-16	mensal	Recebíveis	18	RGR	5,0%	5,00%	
Financiamento BNB - Repasse BNDES I	mar-23	mensal, após abr-2017	Aval Energisa S.A	74	UMBND +	3,90%	18,59%	
Financiamento BNB - Repasse BNDES II	mar-23	mensal, após abr-2017	Aval Energisa S.A	76	TJLP +	3,90%	9,1%	
Banco do Nordeste Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-17	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	22		pré-fixado	7,50%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-19	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39		pré-fixado	7,50%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A	52		pré-fixado	4,5% a 5,5%	
Bank of America Merrill Lynch	jan-14	final	Aval Energisa S.A	1	Libor +	2,15%	17,67%	(1)
Banco Itaú BBA	ago-15	final	Aval Energisa S.A	20	Dólar +	3,25%	18,36%	(1)

(1) Considera Bônus de 25% e 15% sobre juros por adimplemento, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

(2) Possui swap.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2013	2012
US\$ x R\$	14,64%	8,94%
TJLP	5,00%	5,50%
SELIC	8,22%	8,49%
CDI	8,06%	8,40%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,53%	7,81%

Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2013
2015	17.912
2016	3.862
2017	3.971
2018	4.960
2019	4.474
Após 2019	7.443
	<u>42.622</u>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2013 e 2012:

Descrição	2013	2012
Saldos em 2012 e 01/01/2012	43.456	30.471
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	10.857	19.638
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	6.101	3.852
Pagamento de principal	(2.389)	(8.197)
Pagamento de juros	(3.029)	(2.308)
Saldos em 2013 e 2012	54.996	43.456
Circulante	12.374	4.006
Não circulante	42.622	39.450

18. Tributos e Contribuições Sociais

	2013	2012
ICMS	3.959	3.901
Encargos Sociais	306	257
IRPJ	1.995	2.761
CSSL	868	1.733
PIS / COFINS	2.785	2.515
IRRF	183	50
Outros	177	112
Total	10.273	11.329
Circulante	7.550	9.475
Não circulante	2.723	1.854

19. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	469	324	(417)	30	406
Cíveis	1.857	1.184	(498)	99	2.642
Fiscais	817	-	(133)	45	729
Total	3.143	1.508	(1.048)	174	3.777
Depósitos e cauções vinculados (*)	(603)	-	-	-	(645)

	Saldo inicial 01/01/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	236	298	(83)	18	469
Cíveis	1.831	574	(652)	104	1.857
Fiscais	843	-	(74)	48	817
Total	2.910	872	(809)	170	3.143
Depósitos e cauções vinculados	(1.197)	-	-	-	(603)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$5.252 (R\$5.313 em 2012) dos quais R\$4.607 (R\$4.710 em 2012) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$677 (R\$577 em 2012), sendo de indenizações trabalhistas R\$153 (R\$362 em 2012) e de indenizações cíveis R\$524 (R\$215 em 2012).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$204 (R\$120 em 2012), registrado na rubrica fornecedores.

Perdas prováveis:

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto, pedidos de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$39.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas à INSS e ISS. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja por se encontrarem devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$15.001 (R\$15.633 em 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requer a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$528 (R\$191 em 2012), referem-se aos seguintes objetos: horas extras, adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como a responsabilidade subsidiária da Companhia em relação às verbas referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.921 (R\$7.187 em 2012), referem-se, em sua grande maioria, aos seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento da fatura de energia elétrica em razão de incerteza sobre o seu valor; (ii) indenização decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$12.552 (R\$8.255 em 2012), referem-se basicamente a discussões sobre: (i) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (ii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, entre outros.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$62.752 (R\$57.017 em 2012) está representado por 292.919 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi aprovado: (i) aumento de capital da Companhia em R\$5.735, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de lucros - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$62.752; (ii) cancelamento de 21 ações ordinárias e 207 ações preferenciais que se encontravam em tesouraria pelo valor de R\$50, a serem absorvidas pela reserva de capital - reserva de remuneração de imobilizações; e (iii) conversão da totalidade das ações preferenciais nominativas da Companhia em ações ordinárias nominativas, na proporção de um para um, passando o capital acima mencionado a ser representado por 292.919 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 540 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

20.2. Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº13, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente do ágio que lhe deu origem.

20.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

20.4. Reserva de lucros- reserva de redução de imposto de renda

A Companhia, por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo nº 206/2012 - SUDENE, que impõe algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei 11.638/07, e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apurou R\$1.825 (R\$5.735 em 2012) de redução de imposto de renda e adicionais.

20.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	9.533	28.961
Dividendos prescritos	-	72
Reserva legal (5%)	(477)	(1.448)
Reserva de lucros - reserva de redução de imposto de renda	(1.825)	(5.735)
Lucro líquido ajustado	7.231	21.850
Dividendos obrigatórios (25%)	1.808	5.463
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em dezembro de 2012 - R\$5,1943 por ação	-	1.522
. Pagos em janeiro de 2013 - R\$13,6557 por ação	-	4.000
. Pagos em junho de 2013 - R\$13,1708 por ação	3.858	-
. Pagos em agosto de 2013 - R\$11,4706 por ação (agosto de 2012 - R\$37,8400 por ação)	3.360	11.084
	7.218	16.606
Dividendos adicionais propostos: R\$0,04 (R\$17,9028 em 2012) por ação (**):	13	5.244
Total dos dividendos	7.231	21.850
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 13 de junho e 08 de agosto de 2013, (09 de agosto e 20 de dezembro de 2012) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de junho de 2013 (30 de junho e 30 de setembro de 2012).

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.

21. Receita operacional

	2013			2012		
	Não auditada pelos auditores independentes		R\$	Não auditada pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	156.916	220.371	84.701	149.385	201.292	84.229
Industrial	606	214.794	57.530	620	214.781	66.397
Comercial	14.400	142.199	51.599	14.120	131.470	54.065
Rural	14.142	24.377	6.470	13.616	22.921	4.393
Poder Público:						
Federal	112	19.121	6.790	107	17.482	7.211
Estadual	274	7.448	2.636	261	6.810	2.799
Municipal	999	5.840	2.077	952	5.339	2.206
Iluminação Pública	52	27.636	6.036	51	23.986	5.775
Serviço Público	59	11.220	2.616	58	11.124	2.588
Consumo Próprio	10	270	-	6	257	-
Subtotal	187.570	673.276	220.455	179.176	635.462	229.663
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	1.459	-	-	1.054
Suprimento	1	2.545	6.517	1	18.432	9.150
Fornecimento não faturado (líquido)	-	993	(562)	-	6.989	1.503
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	461	-	-	150
Receita de Construção	-	-	14.072	-	-	21.452
Outras receitas operacionais	-	-	1.702	-	-	1.582
Total - receita operacional bruta	187.571	676.814	244.104	179.177	660.883	264.554
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	48.721	-	-	46.614
PIS	-	-	3.731	-	-	3.921
COFINS	-	-	17.187	-	-	18.060
ISS	-	-	63	-	-	59
Quota para RGR	-	-	(460)	-	-	1.474
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	778	-	-	811
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	414	-	-	1.452
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	257	-	-	4.477
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.365	-	-	1.297
Receita de ultrapassagem de demanda e energia reativa excedente	-	-	781	-	-	-
Total	-	-	72.837	-	-	78.165
Total - receita operacional líquida	187.571	676.814	171.267	179.177	660.883	186.389

22. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2013	2012
Energia elétrica comprada para revenda (*)	94.104	-	-	-	-	94.104	75.994
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição (*)	12.632	-	-	-	-	12.632	19.047
Pessoal e administradores	-	7.013	11	2.591	5.417	15.032	15.456
Entidade de previdência privada	-	-	-	6	60	66	60
Material	-	312	21	800	225	1.358	1.524
Serviços de terceiros	-	643	45	2.536	8.555	11.779	12.518
Depreciação e amortização	-	4.620	-	4	624	5.248	4.691
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	189	-	189	66
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	-	460	460	63
Custo de construção	-	-	14.072	-	-	14.072	21.452
Outras	-	883	2	118	1.921	2.924	1.786
	106.736	13.471	14.151	6.244	17.262	157.864	152.657

(*) Deduzido de R\$7.381 e R\$13.558, referente aos valores dos recursos da CDE repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo.

Os valores foram registrados pela Companhia como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema, de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

23. Outros resultados

	2013	2012
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	1.337	1.793
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(924)	(4.374)
Total	413	(2.581)

24. Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receita de aplicações financeiras	1.354	1.130
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	2.680	2.527
Atualização contas a receber da concessão - VNR	(847)	1.214
Outras receitas financeiras	2.136	856
Total receita financeira	5.323	5.727
Encargos de dívidas - juros	(3.164)	(2.721)
Varição monetária e cambial	(2.937)	(1.131)
(-) Transferência para ordens em curso	275	674
Marcação a mercado derivativos	(1.081)	758
Instrumentos financeiros derivativos	2.300	608
Ajuste valor presente ativo	(1.161)	354
Despesas bancárias	(521)	(548)
Comissão de aval	(305)	-
Outras despesas financeiras	(961)	(818)
Total despesa financeira	(7.555)	(2.824)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(2.232)	2.903

25. Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações em circulação no final do exercício de 292.919 ações ordinárias.

26. Cobertura de seguros

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2013	2012
Riscos Operacionais	23/10/2014	35.320	29	36
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	46	40
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	Até R\$ 360 mil / Veículo	31	26
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	10.936	48	44
			154	146

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações e prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumulto, alagamentos/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporal causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

27. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	13.385	13.385	7.968	7.968
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	7.387	7.387	6.015	6.015
Consumidores e concessionárias	23.202	23.202	33.644	33.644
Títulos de créditos a receber	6.325	6.325	6.987	6.987
Conta a receber da concessão	22.709	22.709	19.468	19.468
Instrumentos financeiros derivativos	3.407	3.407	1.621	1.621
PASSIVO				
Fornecedores	15.267	15.267	14.491	14.491
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	54.996	54.996	43.456	44.611

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros

calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Risco de Capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2013	2012
Dívida (a)	54.996	43.456
Caixa e equivalentes de caixa	(13.385)	(7.968)
Dívida líquida	41.611	35.488
Patrimônio líquido (b)	95.261	98.190
Índice de endividamento líquido	0,44	0,36

- (a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 17.
 (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14.864	-	-	-	403	15.267
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13.056	3.211	26.915	12.005	14.252	69.439

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

ATIVO	2013	2012
Caixa e equivalente de caixa	13.385	7.968
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	7.387	6.015
Consumidores e concessionárias	23.202	33.644
Títulos de créditos a receber e outros	6.325	6.987
Conta a receber da concessão	22.709	19.468
Instrumentos financeiros derivativos	3.407	1.621

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº5, 6, 7, 14 e 27.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições financeiras do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia está suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com alta de 15% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,3420/USD. A volatilidade anual do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2013 era de 13,38%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2013, de R\$55.115 (R\$43.603 em 2012), R\$23.763 estão representados em dólares, provenientes de US\$10,1 milhões (US\$10 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Bank of America Merrill Lynch e Itaú BBA com vencimento de curto e longo prazo (vencimento em Jan/14 e Ago/15, respectivamente) e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 apresenta no ativo não circulante R\$3.407 (R\$1.621 em 2012) a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletidos nas demonstrações financeiras. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa dos financiamentos atrelados ao dólar, mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 P. Ativa P. Passiva	4.000	Libor + 2,15% 98,0% CDI	17/01/2014	2,8006(Jan -14)
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	6.000	VC + 4,33% 100% CDI	17/08/2015	2,85(Ago -15)

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco. Neste sentido, em 13 de setembro de 2013, a administração da Energisa elevou os limitadores com vencimento no ano de 2014 dos swaps associados aos empréstimos 4131, de forma a minimizar o risco de perdas por alta do US\$, caso o mercado se torne turbulento por circunstância das eleições presidências e outros eventos no mercado local e externo. Os novos limitadores dos swaps podem ser vistos no quadro abaixo:

Distribuidora	Vencimento	Notional (US\$ mil)	Strike Anterior	Strike Atual (pós ajuste)
BORBOREMA	17/01/2014	4.000	2.650	2.806

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que podem ser assim resumidos:

			2013	2012
Swap com opções - Itaú BBA e Merrill Lynch	Nocional (BRL)	Posição Ativa		
		Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	31.837	29.370
	26.600	Posição Passiva		
		Taxa de Juros CDI	(27.631)	(27.471)
		Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(799)	(278)
		Posição Total Swap Com Opções	3.407	1.621

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima.

A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo

demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), essas taxas estão dispostas abaixo com periodicidade mensal e abrangem o período de 1º de outubro de 2013 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que podem ser assim resumidos:

(1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	23.763		1.401	(4.313)	(10.027)
Swap com Opções					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	31.837	Alta do US\$	22.855	28.569	34.283
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(27.631)		(20.049)	(20.049)	(20.049)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(799)		-	(1.417)	(6.805)
Total			4.207	2.790	(2.598)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2013, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$4.207, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$2.790 e negativo de R\$2.598, respectivamente.

(2) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 2013, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,47%, TJLP = 5% e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE = 8% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto recursos vinculados	17.291	Alta CDI	1.796	2.244	2.693
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos (2)	(5.047)	Alta CDI	(532)	(665)	(798)
	-	Alta TJLP	-	-	-
	(14.549)	Alta FNE	(938)	(1.173)	(1.408)
Subtotal (**)	(19.596)		(1.470)	(1.838)	(2.206)
Total	(2.305)		326	406	487

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (10,47% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2013, TJLP 5% a.a FNE = 8,0% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(2) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$23.763.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2013	2012
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	7.387	6.015
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.407	1.621
Contas a receber da concessão	3	22.709	19.468

28. Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefícios é avaliado atuarialmente ao final de cada

exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/folha de pagamento	Superávit atuarial	
	2013	2012		2013	2012
BD Previdência	95	93	1,19	3.782	4.321

O Superávit referente ao plano não foi registrado.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário da própria BD Previdência.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 695 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais	(3.493)	(4.081)
Valor justo dos ativos do plano	7.275	8.402
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	3.782	4.321
Ativo líquido	3.782	4.321

Demonstração das despesas para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

Custo do serviço corrente	124
Custo dos juros	375
Rendimento esperado do ativo do plano	(805)
Remensuração do custo financeiro	46
Contribuições dos empregados	(63)
Receitas previstas para 2014	(323)

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício:

	2013	2012
Ativo atuarial líquido no início do exercício	4.321	2.633
Receitas correntes	271	236
Contribuições da Companhia	59	61
Outros resultados abrangentes	(869)	1.391
Ativo atuarial líquido do final do exercício	3.782	4.321

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2013	2012
Valor justo dos ativos no início do exercício	8.402	7.239
Benefícios pagos	(273)	(448)
Contribuições de participantes vertidas no ano	69	73
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	59	61
Rendimento efetivo dos ativos	692	706
Ganhos (perdas) atuarias dos ativos	(1.674)	771
Valor justo dos ativos	7.275	8.402

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a demonstração do valor presente das obrigações é demonstrada como segue:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	4.081	3.695
Benefícios pagos no ano	(273)	(448)
Juros sobre obrigação atuarial	322	398
Custo do serviço corrente (com juros)	205	183
Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais	(842)	253
Saldo no final do exercício	3.493	4.081

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de desconto atuarial	6,41% a.a. (não inclui inflação)
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12% a.a. (inclui inflação).
Reajuste do benefício	Somente inflação
Crescimento salarial	0,5% a.a. acima da inflação
Inflação projetada	6% a.a.

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	IAPC

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa BO aos seus empregados:

Descrição	
Participantes Ativos	
Número	55
Idade Média	42,98
Tempo de participação (anos)	16,80
Salário de Participação Médio	R\$2,811
Participantes Assistidos	
Número	7
Idade Média	65,99
Benefício Médio Mensal	R\$2,384
Pensionistas	
Número de Pensionistas	3
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,336

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós emprego com esses empregados.

No exercício de 2013, as despesas com esse benefício foram de R\$752 (R\$650 em 2012).

29. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
2014 a 2046	82.005	75.159	76.542	71.839	72.043	1.060.046

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2013, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

30. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 4 de fevereiro de 2000, foi assinado o Contrato de Concessão nº 08/2000 - ANEEL, em que o Poder Concedente outorgou a concessão de distribuição de energia elétrica nos municípios de Campina Grande, Lagoa Seca, Queimadas, Fagundes, Massaranduba e Boa Vista, no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da assinatura do referido contrato.

31. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis.
2. Redes e linhas: para as extensões de redes e linhas que passem em regiões de mata, ou outro tipo de área de preservação permanente, a empresa faz o RAS - Relatório Ambiental Simplificado e apresenta as eventuais medidas mitigadoras e/ou compensatórias a serem implementadas, à sua execução conforme previsto nas Normas Brasileiras de Distribuição, bem como as adotadas pela Companhia.
3. Nas construções das subestações, além dos Relatórios Ambientais Simplificados - RAS, como também a elaboração de Estudo de Viabilidade Ambiental - EVA; Plano de Controle Ambiental - PCA; e Inspeções Ambientais.
4. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores e da comunidade para realizar ou utilizarem os recursos naturais de forma racional e sustentável e otimizando a qualidade de vida dos colaboradores, fornecedores e da comunidade.
5. Operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 - Saúde e Segurança e ISO 14.001 - Meio Ambiente. Com esse sistema, a Companhia, pretende mitigar as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes e doenças do trabalho;
6. A realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.
7. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus

equipamentos, recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente. A disponibilização de papa-lâmpada e papapilha, bateria e cartuchos, para os colaboradores depositarem os resíduos, com destinação de forma adequada através de empresa devidamente licenciadas.

8. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R`s (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).
9. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente que visam em suma preservar a vida.
10. Atuação junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
11. Atua junto ao poder público municipal para incluir a compatibilidade com a arborização no planejamento de obras e junto à Universidades e Órgãos do Meio Ambiente no apoio a treinamento de procedimentos adequados para poda de árvores.
12. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do consumo de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder.
13. Conta Cidadã: consiste na troca de lixo reciclável (agora denominados de resíduos) por créditos financeiros na conta de energia elétrica dos consumidores, com destinação organizada do material coletado no processo à indústria de reciclagem.
14. Programa de manutenção preventiva e corretiva, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
15. Apoio a Cooperativa CONTRAMAERE, promovida pela UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, que atua na região do planalto da Borborema, especificamente em Campina Grande. Com a missão de desenvolver pesquisas e reciclagem dos resíduos sólidos.
16. Na Operação das Subestações realizamos a elaboração de Laudo de Ruído de Fundo, como também Laudo de Conformidade Eletromagnética.

No exercício de 2013, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$814 (R\$467 em 2012), sendo R\$806 (R\$461 em 2012) alocados no ativo imobilizado e R\$8 (R\$6 em 2012) em despesas operacionais.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2013	2012
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	4.021	12.761
Atualização contas a receber da concessão - VNR	(847)	1.214
Fornecedores	1.533	761
Atividades de investimentos		
Intangível e imobilizado	1.201	1.713
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	857	278
Capitalização de reservas	5.735	4.778

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A.
Campina Grande - PB

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de

caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa conclusão sobre as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 22, referente ao registro feito pelas controladas, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br